

Mudanças no MEC

» MOZART NEVES RAMOS

Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira, do Instituto de Estudos Avançados da USP de Ribeirão Preto, e professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

As pessoas mais próximas sabem que não sou filiado a partidos políticos e que meu genuíno compromisso é com a educação brasileira. Tenho feito isso desde o governo do então presidente Itamar Franco, quando o ministro da Educação era o professor Murílio Hingel — um educador de mão-cheia. Tive, mais tarde, o privilégio de tê-lo como colega no Conselho Nacional de Educação (CNE). De lá para cá, o Brasil teve dois ministros de Educação longevos no exercício da função.

O primeiro deles foi o saudoso ministro Paulo Renato, que, a meu ver, fez uma revolução silenciosa na educação brasileira. A título de exemplo, citaria a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). O segundo foi o ministro Fernando Haddad, que implementou mudanças estruturais na educação básica brasileira, especialmente trazendo uma cultura de metas e resultados — e, aqui, me refiro ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Mobilizou o país. E conseguiu fazer um trabalho articulado com a sociedade civil vinculada à área da educação.

Não posso aqui esquecer o ministro Mendonça Filho, que foi muito efetivo no cargo, conseguiu montar uma boa equipe e fez um belo trabalho no curto tempo do governo Temer.

No governo do presidente Bolsonaro, o Ministério da Educação entra, agora, com o quarto ministro em menos de quatro anos (não considerei aqui Carlos Alberto Decotelli — que não chegou, na prática, a exercer o cargo de ministro). Não quero aqui deixar de reconhecer os esforços feitos

nos últimos três anos pelas diferentes secretarias vinculadas ao MEC, mas, para fazer um trabalho efetivo no ministério, é preciso, como ponto de partida, pôr em prática três coisas: coordenação, articulação e mobilização. Esses três pilares têm sido, a meu ver, o calcanhar de Aquiles. Muito influenciado, especialmente no primeiro ano, pelas questões ideológicas, o MEC ficou refém do próprio governo e não conseguiu mostrar a sua cara. Essa questão persiste até hoje, mas em densidade menor, ao menos enquanto percepção.

Falta uma espinha dorsal ao trabalho do ministério. Não basta fazer projetos sem uma boa coordenação nacional e relacional do próprio ministro e de sua equipe com governadores e prefeitos e seus respectivos secretários de Educação. A pandemia ampliou ainda mais esse hiato. Fazer política pública de educação num país de tamanho continental como o Brasil exige mobilização. Em outras palavras, é preciso sair de Brasília e andar pelo Brasil.

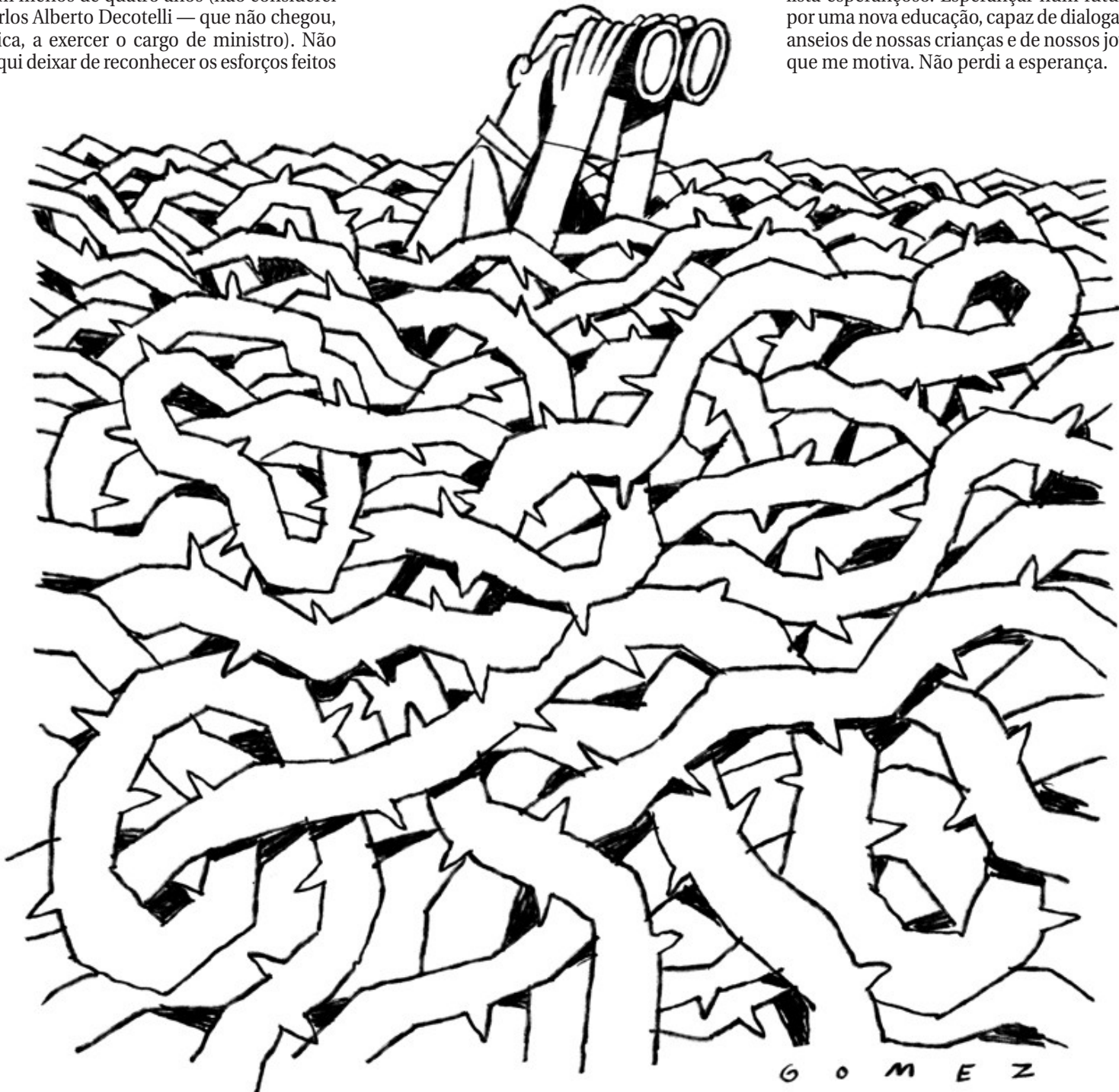
O que esperar então do próximo ministro — do quinto (considerando aqui o lado formal da nomeação de Decotelli) — num ano de eleições para presidente, governadores, deputados federais e estaduais? Eleições que serão muito complexas e duras; não serão para principiantes. Que agenda seria possível para a educação neste momento da vida pública brasileira?

Se o próximo ministro tiver foco, entender as

difficultades do atual cenário político e não quiser inventar a roda, mas efetivar o que precisa ser concluído, talvez alguns resultados possam ser deixados para um próximo governo a partir de 2023, de continuidade ou não. Mas, para isso, é preciso ter um diálogo franco e aberto com quem faz a educação neste país. Há uma agenda que, apesar de fragmentada, está em curso no país e precisa ser bem concluída. Por exemplo, incluo aqui o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a implementação do novo ensino médio.

É preciso dar maior atenção ao Plano Nacional de Educação (PNE), e saber por que ficamos longe de alcançar a maioria de suas metas — e não vamos colocar a culpa na pandemia, pois, antes dela, o cenário era de pessimismo. Todavia, para construir o novo PNE a partir de 2024, precisamos saber os impactos que ela causou nas aprendizagens escolares e no aumento das desigualdades educacionais. Ainda nesse cenário, não podemos nos esquecer de acompanhar os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional sobre o Sistema Nacional de Educação.

Há muito a fazer pela educação brasileira. A pandemia, sem dúvida, trouxe prejuízos significativos, mas também pode ser uma oportunidade para pensar para onde aponta o farol da educação, em vez de ficar refém do retrovisor. Como dizia o mestre Ariano Suassuna, não sou otimista, mas também não sou pessimista; sou um realista esperançoso. Esperançar num futuro breve por uma nova educação, capaz de dialogar com os anseios de nossas crianças e de nossos jovens, é o que me motiva. Não perdi a esperança.



Entre o bem e o mal? Por enquanto, entre o mal e o mal!

» CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ

General de divisão da reserva do Exército Brasileiro. Foi comandante das forças da ONU no Haiti e no Congo

De show em show o tempo vai passando. A ação desastrada contra a manifestação política de artistas no *Lollapalooza* mostra não só o baixo nível de entendimento do que é liberdade de expressão, mas também medo e falta de inteligência. Por outro lado, existem atitudes que, alegando falsamente o direito de liberdade de expressão, possibilitam a prática da desinformação, da mentira, e escondem crimes cometidos pela indústria de fake news, produzidas por bandidos de internet que integram milícia digital, gangue virtual, tudo com a finalidade de manipular a opinião pública.

O cabo eleitoral do ex-presidente, mais uma vez, mostra sua competência em favor do seu opositor, ao fazer mais um comício no estilo de show populista, em que o destaque no palco também foram alguma figuras famosas na política. É um conjunto de incoerências que gera efeitos contrários aos próprios interesses. É uma simbiose de falta de princípios, demagogia e falta de inteligência. É a aposta na manipulação da opinião pública.

Dizer que o Brasil, nas próximas eleições, terá de optar entre o bem e o mal pode até ser verdade.

Vai depender do cenário do segundo turno. Por enquanto, o Brasil está entre o mal e o mal. A demagogia é parte da fanfarronice, da vigarice político-eleitoral. Isso faz parte do contexto de campanha permanente, do feriadão do milhão, das motociatas, do jet ski etc. Tudo com dinheiro público.

Querer se apresentar como representante do bem, como salvador da pátria, é um discurso rasteiro para um país que tem sérios problemas para resolver e precisa fazê-lo por meio do funcionamento das instituições e da prática política. O Brasil não precisa de salvador da pátria. O povo brasileiro não pode ser enganado e traído como foi com as promessas de 2018. É mais uma vigarice. É só dar uma olhada em algumas fotos do palanque: não oferecem esperança para o Brasil. Só faltou a musiquinha famosa da convenção de 2018 para enganar os eleitores. Mas, naquela oportunidade, não dava para cantar. Seria um realismo suicida.

É o conservadorismo dos privilégios e dos vícios. Essa agiotagem política ou é inconsciente por causa do vício, ou é intencional e tem base na experiência de produzir espetáculo que deu certo por décadas para os interesses pessoais, mas sem produzir nada para o público. O Brasil precisa

dar fim a esse show, repudiar a polarização e dar oportunidade a outros que olhem para o futuro. O Brasil possui novas opções para seguir em frente.

O país não merece a continuação da mediocridade e da regressão institucional. O Brasil não pode ficar entre o mal e o mal.

Muitos problemas são mais por sem-vergonhice, malandragem, “esperteza” e vícios do que por disputas ideológicas. A ideologia é por conta de poucos retrógrados e demagogos que ficarão inexpressivos e neutralizados se os problemas forem solucionados.

O país precisa ter o foco em: união nacional; economia, geração de empregos; fim da reeleição e do foro privilegiado; auxílio aos vulneráveis e diminuição da desigualdade social; educação; saúde; respeito; combate à corrupção; transparência etc.

Nesse momento, democracia, na prática, significa a solução dos problemas da nossa população e do nosso país. A democracia e sua defesa precisam ser consolidadas pelo trabalho constante para a solução dos problemas existentes. Fora disso, é show, é dar oportunidade para demagogos e aventureiros.

Passivos da pandemia travam o setor da alimentação

» VINICIUS LAGES

Diretor Técnico do Sebrae Alagoas, e ex-ministro do Turismo

» PAULO SOLMUCCI

Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel)

Realizou-se em Maceió, entre 29 e 31 de março, o 36º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, entidade que representa o mais importante setor de nossa economia. Isso ocorreu num momento de retomada plena das atividades econômicas, sem as restrições impostas pela pandemia. Aquela grande reunião — que se desenvolveu com os devidos protocolos sanitários da era covid-19, como é de praxe no setor — foi um esperançoso sinal de tempos menos turbulentos.

A pandemia provocou efeitos colossais sobre as atividades econômicas, não apenas pela interdição do funcionamento dos negócios, mas também pela brutal contração de demanda. Tudo isso é conhecido, porque, ao longo da crise sanitária e econômica, as interdições dos estabelecimentos e a retração na demanda recorrentemente fizeram parte dos debates e das tensões. A prioridade à proteção da vida prevaleceu sobre as outras mortes, também evitáveis, como as ocorridas no âmbito econômico.

Se traçarmos o panorama dos efeitos dessa crise, veremos que um dos setores mais afetados foi, sem dúvidas, o de serviços, especialmente os relacionados ao turismo, aos eventos e à alimentação fora do lar. Em todo o país, cerca de um milhão de estabelecimentos da alimentação fora do lar tiveram que obedecer às seguidas determinações do setor público, recorrendo vendo-se na contingência de cerrar as portas. O impositivo abre e fecha dos negócios impactou seis milhões de trabalhadores e, aproximadamente, dois milhões de pequenos empreendedores.

Talvez seja pouco conhecida, pela maioria das pessoas, a extensão dos efeitos danosos e desproporcionais causados aos serviços da alimentação fora do lar. O que se viu foi o encolhimento de 35% do setor, tanto no número de estabelecimentos (que se reduziram de um milhão para 750 mil) quanto no contingente nacional de trabalhadores (que caiu de 6 milhões para 3,9 milhões). É verdade que os lockdowns (confinamentos) aconteciam nos países socioeconomicamente melhor estruturados.

Mas, na maioria desses países, os governantes disponibilizavam, a título de reparação, os empréstimos não-reembolsáveis. Ou seja, um socorro, a fundo perdido, às pequenas empresas. No auge da pandemia, realizou-se no Fundo Monetário Internacional uma pesquisa junto a 130 nações. Claramente, identificou-se que 77% delas (100 países) estavam fazendo essa reparação, a fundo perdido. Por aqui, as pequenas empresas receberam valiosas, porém insuficientes, ajudas do governo federal, que se efetivaram por meio do Pronampe e da Medida Provisória dos Salários.

Às contrapartidas e aos reembolsos dessas ajudas, atualmente, somam-se os passivos acumulados (aluguéis, fornecedores, impostos municipais, estaduais e federais). O desempenho do setor, para os próximos anos, está sacrificado pelo peso do passado que a insuficiente gestão oficial da pandemia lhe impôs. Como será o amanhã? Os dois autores deste artigo fizeram suas respectivas exposições na abertura do encontro de Maceió.

O tripé temático do fórum da Abrasel, na capital alagoana, foi perseverança-conhecimento-inovação. Na esfera da perseverança (ou resiliência), tornou-se evidente que os danos da pandemia sobre os negócios e o emprego só não foram ainda maiores em razão da extraordinária capacidade dos empreendedores, que resistiram aos devastadores efeitos de uma realidade multiplicadamente adversa.

Qualquer estímulo que se dê a um setor com essa musculatura produzirá, em um curtíssimo prazo, resultados muito positivos, recuperando-se os negócios arruinados e os empregos perdidos. A experiência empresarial acumulada é incommensurável. A desmedida resiliência, durante a pandemia, ampliou o arsenal de conhecimento do setor, seja no que se refere aos procedimentos meramente presenciais ou àqueles hiperconectados.

Os negócios da alimentação fora do lar estão, cada vez mais, se robustecendo nos âmbitos da gestão e da tecnologia. Só resta, portanto, uma trava a ser removida. A trava é o cruel passivo das dívidas, continuamente infladas pelo carregamento de juros e impostos, pelas pendências financeiras acumuladas no curso desses dois anos da pandemia. Assim como outros setores que receberam apoio mais adequado, é urgente que esta pauta seja tratada na agenda econômica e política do momento presente, às vésperas de o país ser passado em revista, no encontro com as urnas. Ignorar tal evidência (diante de fatores explosivos, como a retração do poder de compra, a alta inflação, as elevadas taxas de juros, o câmbio flutuando, desancorado dos fundamentos macroeconômicos) é testar os limites da capacidade de resistir. Isso seria afrontar um setor que não suporta mais desaforos, depois de dois longos anos de tantas tormentas.